

Pregão Eletrônico Nº 20230017 - CIPP**Processo Nº 04660619/2023****UASG: 943001****Número Comprasnet: 0873/2023**

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO TIPO: Menor Preço.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

3. DA BASE LEGAL: Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decretos Estaduais nº 33.326, de 29 de outubro de 2019, nº 32.718, de 15 de junho de 2018, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A e subsidiariamente a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e o disposto no presente edital e seus anexos.

4. DO OBJETO: Serviço de seguro de vida em grupo (VG) para empregados efetivos, diretores e ocupantes de cargos comissionados da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. O edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro José Edson Bezerra.

5.3. Em atendimento à Portaria/PGE nº 038/2022, de 17 de março de 2022, a audiência que possa ser requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações, da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada por meio presencial ou eletrônico e remoto, com o uso de solução tecnológica de videoconferência. Tal formalidade não se aplica no caso de simples instruções, tais como, provocações sobre datas, estágio de tramitação e demais orientações meramente procedimentais, sem qualquer intervenção de mérito, que serão prestadas pela equipe de apoio da Central de Licitações, sob a supervisão de seu responsável.

5.3.1. A referida audiência realizar-se-á na presença de pelo menos 01 (um) Procurador do Estado, ou pela coordenação da Central de Licitações, de acordo com o caso, e deverá ser registrada em meio hábil à verificação do ato.

5.3.2. Observa-se que a solicitação de audiência deverá ser previamente encaminhada por e-mail, com indicação expressa do assunto e do processo licitatório a que relaciona. Quando realizada por meio eletrônico e remoto, a audiência deverá ficar registrada por meio de gravação e armazenamento de imagem e vídeo ou por redução a termo do ato.

5.3.3. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3459.6380 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 15/06/2023.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/06/2023, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 27/06/2023, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos de custeio da CIPP S/A.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto ao portal de compras do Governo Federal.

9.1.1. As regras para credenciamento estarão disponíveis no sítio constante no subitem 5.2. deste edital.

9.2. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema Comprasnet para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto em Lei.

9.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.4. É vedada a participação de licitantes nos seguintes casos:

9.4.1. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.4.2. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CIPP S/A.

9.4.3. Suspensa de participar de licitação com o CIPP S/A e impedida de contratar.

9.4.4. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

9.4.5. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

9.4.6. Cujo estatuto ou contrato social, não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame.

9.4.7. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.

9.4.8. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.

9.4.9. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

9.4.10. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

9.4.11. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

9.4.12. Empregado ou dirigente da CIPP S/A, como pessoa física.

9.4.13. Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

9.4.13.1. Dirigente ou empregado da CIPP S/A, neste último caso quando as atribuições do empregado envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação.

9.4.13.2. Autoridade do ente público a que a CIPP S/A, esteja vinculado.

9.4.14. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CIPP S/A, há menos de 6 (seis) meses.

9.4.15. Possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis legais ou técnicos, membros do conselho técnico, fiscal, consultivo, deliberativo ou administrativo, qualquer pessoa que seja membro da Administração da CIPP S/A.

9.4.16. Servidor da CIPP S/A ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro sejam funcionários ou empregados públicos da entidade contratante ou responsável pela licitação.

9.4.17. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até às 23h59min, no horário oficial de Brasília/DF. Indicar o nº do pregão, o órgão demandante e o pregoeiro responsável.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento do pedido desta.

10.2. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sistema e vincularão os participantes e a administração.

10.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A licitante que for cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, ficará dispensada da apresentação dos documentos de habilitação que constem no SICAF ou CRC.

11.1.1. A Central de Licitações verificará eletronicamente a situação cadastral, caso esteja com algum(ns) documento(s) vencido(s), a licitante deverá apresentá-lo(s) dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

11.1.2. Existindo restrição no cadastro quanto ao documento de registro ou inscrição em entidade profissional competente, este deverá ser apresentado em situação regular, exceto quando não exigido na qualificação técnica.

11.1.3. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF ou CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta em sites oficiais.

11.2.1. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada.

11.3. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- e) Cédula de identidade, em se tratando de pessoa física.

11.4. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, devidamente atualizada.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

11.4.1. No caso de pessoa física, esta deverá apresentar o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), ficando dispensada a apresentação dos documentos “a” e “b” do item 11.4. deste edital.

11.4.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

11.4.2.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarada a vencedora, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

11.4.2.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

11.4.3. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, as proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

11.5. A documentação relativa à qualificação técnica, consistirá em:

11.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

11.5.2. Autorização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar no ramo de seguro, objeto desta licitação.

11.5.3. Certidão de regularidade expedida pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

11.6. A documentação relativa à qualificação econômica financeira, consistirá em:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971.

b) Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso da licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

11.6.1. No caso de pessoa física, esta deverá apresentar a Certidão Negativa de Execução Patrimonial expedida em domicílio, ficando dispensada a apresentação dos documentos “a” e “b” deste subitem.

11.7. A licitante deverá declarar no sistema Comprasnet, de que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. As licitantes encaminharão, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, bem como declaração de responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados, conforme Anexo V – Modelo de declaração de autenticidade dos documentos deste edital.

12.1.1. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, inclusive aqueles relativos à habilitação, não implicarão na desclassificação ou inabilitação imediata da licitante. Compete ao pregoeiro conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, observando-se, ainda, o disposto no subitem 24.3 deste edital.

12.1.2. Constatando a licitante falha ou ausência de algum documento de habilitação ou de proposta que comprove condição ou fato pré-existente até a data da disputa do certame, conforme entendimento proferido no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, admitir-se-á a juntada do(s) respectivo(s) documento(s) no momento da apresentação da proposta readequada ao último lance, dentro do prazo previsto no subitem 15.3., do edital.

12.1.2.1. Verificada ausência de algum(ns) documento(s) de habilitação ou de proposta, o pregoeiro mediante diligência, solicitará a juntada do(s) respectivo(s) documento(s) desde que comprove(m) condição ou fato pré-existente até a data da disputa do certame, conforme entendimento proferido no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.1.2.2. O procedimento adotado se aplicará também aos documentos apresentados cuja vigência estiver expirada.

12.1.2.3. O(s) documento(s) referente(s) aos subitens anteriores deverá(ão) constar em um único arquivo.

12.1.2.4. O não envio do(s) documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, no momento da diligência, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação ou inabilitação do licitante, conforme previsto no item 24.3 deste edital.

12.2. A proposta deverá explicitar nos campos “VALOR UNITÁRIO (R\$)” E “VALOR TOTAL (R\$)”, os preços referentes a cada item incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital. O Campo “descrição detalhada do objeto ofertado” deverá ser preenchido.

12.2.1. A proposta deverá ser anexada, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal, redigida em língua portuguesa em linguagem clara e

concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas e quantitativos, nos termos do Anexo I – Termo de Referência deste edital.

12.2.1.1. A ausência da assinatura e rubrica não são motivos de desclassificação.

12.2.2. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua emissão.

12.3. As licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação por elas apresentados, até o término do prazo para recebimento.

12.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

12.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação pelo pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12.6. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

12.6.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

12.6.2. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

12.6.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.6.3.1. Documentos de procedência estrangeira, emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

12.6.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

13. DA ABERTURA E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

13.1. Abertas as propostas, o pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação deverá ser fundamentada e registrada no sistema.

13.2. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais.

13.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, e somente estas participarão da etapa de lances.

14. DA ETAPA DE LANCES

14.1. O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no subitem 6.3, quando, então, as licitantes poderão encaminhar lances.

14.2. Para efeito de lances, será considerado o valor global do item.

14.3. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial. Em seguida os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.4. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de

diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme art. 27, § 1º do Decreto Estadual nº 33.326/2019.

14.4.1. Em caso de dois ou mais lances de igual valor, prevalece aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.5. Durante a sessão pública de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem as demais participantes.

14.6. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.8. Encerrado o prazo previsto no item 14.7, o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.8.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definida no item 14.8., poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.9. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.9.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.10. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.11. No caso de desconexão entre o pregoeiro e o sistema no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível à recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sem prejuízos dos atos realizados.

14.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.13. Após o encerramento dos lances, o sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada automaticamente pelo sistema, na sala de disputa, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.

14.13.1. Não havendo manifestação da licitante, o sistema verificará a existência de outro em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo outra situação de empate, o sistema emitirá mensagem.

14.14. Nos demais casos de situação de empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

14.15. O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

15. DA LICITANTE ARREMATANTE

15.1. O pregoeiro poderá negociar exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter melhor preço.

15.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

15.3. Definido o valor final da proposta, o pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado.

15.3.1. A proposta deverá ser anexada em conformidade com todo o item 12.2. deste edital.

15.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

15.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

15.6. O descumprimento dos prazos acima estabelecidos é causa de desclassificação da licitante, sendo convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

16.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**, observadas todas as condições definidas neste edital.

16.2. Se a proposta de menor preço não atender às especificações, ou, ainda, se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

16.3. A licitante remanescente que esteja enquadrada no percentual estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, no dia e hora designados pelo pregoeiro, será convocada para na sala de disputa, utilizar-se do direito de preferência, ofertando no prazo de 5 (cinco) minutos novo lance inferior ao melhor lance registrado no item.

16.4. Serão desclassificadas as propostas que:

16.4.1. Contenham vícios insanáveis.

16.4.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.

16.4.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis, sem a apresentação da demonstração da sua exequibilidade, quando exigida.

16.4.4. Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação após encerrada a negociação de menor preço.

16.4.5. Contendam condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.

16.5. A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, quando requisitada pelo pregoeiro deverá se manifestar acerca da proposta e habilitação nos termos do art. 16, § 1º e 3º do decreto nº 33.326/2019 mediante parecer vinculante, inclusive quanto a exequibilidade da proposta ofertada, diante da documentação apresentada.

16.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Qualquer licitante poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de, no mínimo, 20 minutos depois da arrematante ser aceita e habilitada, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso no sistema do Comprasnet. As demais licitantes ficam desde logo convidadas a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.1.1. Caso a licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.1.2. Para abertura da manifestação da intenção de recurso, o pregoeiro comunicará a retomada da sessão pública com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pela proponente.

17.3. A falta de manifestação, conforme o subitem 17.1. deste edital, importará na decadência do direito de recurso.

17.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento as licitantes, no endereço eletrônico constante no subitem 5.2. deste edital.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação se dará na forma do inciso III do art. 12 do Decreto Estadual nº 33.326/2019.

18.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto a vencedora.

18.3. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A licitante que praticar quaisquer das condutas previstas nos incisos I, II, III, V, VIII, IX e X do art. 37, do Decreto Estadual nº 33.326/2019, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

19.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

19.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem

prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

19.2. A CIPP S/A dará publicidade da sanção administrativa para registro no Cadastro de Fornecedores do Estado.

19.3. A licitante recolherá a multa por meio de depósito bancário, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome da CIPP S/A, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções, conforme previsto no art. 83, § 2º da Lei nº 13.303/2016, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato deste edital.

19.6. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. A critério da contratante, o contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida:

20.2.1. A comprovação das condições de habilitação previstas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

20.2.2. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral-CRC emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

20.3. Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, não apresentar a documentação prevista no subitem 20.2.2 acima ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidada outra licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.4. A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Anexo III – Minuta do Contrato, parte deste edital.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será admitida a subcontratação.

23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

23.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

23.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

24.2. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

24.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

24.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

24.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

24.6. Os representantes legais das licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua

proposta.

24.8. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

24.9. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e as licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas

24.10. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

24.11. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

24.12. Os documentos referentes aos orçamentos, bem como o valor estimado da contratação, possuem caráter sigiloso e serão disponibilizados exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme disposto no art. 15 do Decreto Estadual nº 33.326/2019.

24.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

25. DOS ANEXOS

25.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IV – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/DECLARAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS (*Anexar com a documentação de habilitação*)

Fortaleza – CE, 01 de Junho de 2023.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
ORDENADOR DE DESPESA

APROVADO:

PROCURADORIA JURÍDICA – CIPP S/A

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP.

2. DO OBJETO: Serviço de seguro de vida em grupo (VG) para empregados efetivos, diretores e ocupantes de cargos comissionados da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

2.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. A contratação de seguro de vida é cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a CIPP e o Sindicato que representa seus empregados efetivos. O acordo prevê a contratação de seguro de vida em grupo ou indenização para seus empregados, visando cobrir acidentes de trabalho, morte ou invalidez permanente, inclusive com cobertura para os dependentes diretos (cônjuge/companheiro (a) e filhos até 21 anos) conforme regulamentação da SUSEP.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1.	Serviço de seguro de vida em grupo (VG) para os empregados efetivos, diretores e ocupantes de cargos comissionados da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S/A. COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO	SERVIÇO	1

Obs: Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as dos sistemas, prevalecerão as deste anexo.

4.1. Especificação Detalhada:

4.1.1. Sempre que as palavras indicadas abaixo ou pronomes usados em seu lugar aparecerem neste documento de licitação, ou em quaisquer de seus anexos, eles terão o significado determinado a seguir:

a) CONTRATANTE/ESTIPULANTE – Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, pessoa jurídica que contrata o seguro;

b) PROPONENTE/CONCORRENTE/LICITANTE – Empresa Seguradora que apresenta proposta para o objeto desta licitação;

c) CONTRATADA – Empresa vencedora desta Licitação em favor da qual for adjudicado o Contrato;

d) FISCALIZAÇÃO – Gerência de Pessoas e Administrativo da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP e/ou prepostos devidamente credenciados para realização da fiscalização do objeto desta licitação;

e) CONTRATO DE SEGURO – É aquele, geralmente expresso em uma apólice, pelo qual o segurador, mediante o recebimento de uma remuneração, denominada prêmio, obriga-se a ressarcir o segurado, em dinheiro ou mediante reposição, dentro dos limites convencionados na apólice, das

perdas e danos causados por um sinistro ou sinistros, ou a pagar um capital ou uma renda se (ou quando) for verificado um evento relacionado à vida ou às faculdades humanas.

- f) **SEGURADO** – É a pessoa, física ou jurídica, a favor de quem um seguro é contratado;
- g) **SEGURADORA** – É a pessoa jurídica que promete indenizar ao segurado ou aos seus beneficiários, prejuízos porventura havidos;
- h) **PROPOSTA/APÓLICE** – São elementos do contrato de seguro onde estão estipulados os direitos e deveres do segurado, da seguradora e do estipulante;
- i) **PRÊMIO** – É a soma em dinheiro paga pelo segurado ao segurador para que este assuma a responsabilidade de um determinado risco.
- j) **RISCO** – É a expectativa de sinistro;
- k) **COBERTURA / CAPITAL SEGURADO** – É o valor definido para indenização em caso de sinistro;
- l) **SINISTRO** – Acontecimento do evento previsto e coberto no contrato;
- m) **INDENIZAÇÃO** – É o valor pecuniário em que a seguradora paga ao segurado ou aos seus beneficiários em caso de sinistro;
- n) **BENEFICIÁRIO** – É a pessoa indicada pelo segurado no contrato de seguro para receber a indenização.
- o) **CÔNJUGE** – Marido ou esposa devidamente casados oficialmente ou companheiro(a) conforme documento (declaração de convívio marital) registrado em cartório e com firma reconhecida.
- p) **CARGO COMISSIONADO** – Profissional ocupante de cargo de confiança, com vínculo através de registro em Ata do Conselho de Administração ou Portaria publicada em Diário Oficial; Consta em folha de pagamento mensal e recebe sua remuneração na forma de Gratificação.
- q) **CARGO EFETIVO** – Profissional ocupante de cargo da estrutura, com admissão através de concurso público, com vínculo registrado em contrato e CTPS; Consta em folha de pagamento mensal e recebe sua remuneração na forma de Salário.
- r) **GRATIFICAÇÃO** – Verba fixa, remuneratória mensal, percebida por ocupantes de cargo comissionado. É reajustada anualmente conforme regulamentação do Governo.
- s) **APOSENTADO ATIVO** – Profissional pertencente ao quadro efetivo ou comissionado que possui benefício de aposentadoria junto à Previdência Social, estando na ativa, desempenhando suas funções na Empresa.

4.2. Definição das Coberturas dos Seguros:

4.2.1. Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos

TITULAR	MORTE	NATURAL	100% do valor estipulado (Total do múltiplo de salários e/ou gratificação)
		ACIDENTE	100% do valor estipulado (Total do múltiplo de salários e/ou gratificação)
	INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE		100% do valor estipulado (Total do múltiplo de salários e/ou gratificação)
	INVALIDEZ TOTAL POR DOENÇA (ANTECIPAÇÃO)		100% do valor estipulado (Total do múltiplo de salários e/ou gratificação)
CÔNJUGE	MORTE	NATURAL	50% do valor estipulado (Total do múltiplo de salários e/ou gratificação)
		ACIDENTE	
	INVALIDEZ POR ACIDENTE		50% do valor estipulado (Total do múltiplo de salários e/ou gratificação)

FILHOS	MORTE	NATURAL	25% do valor estipulado (Total do múltiplo de salários e/ou gratificação)
		ACIDENTE	
VALOR SEGURADO: Considerar o múltiplo de 30 (trinta) vezes o salário e/ou gratificação do titular.			

4.2.2. Considerações:

4.2.2.1. O múltiplo de salário é definido em Acordo Coletivo da Categoria, sendo este atualmente de 30 vezes o salário base e/ou gratificação.

4.2.2.2. A data base da categoria é janeiro e ocorrendo reajuste salarial, o valor do capital segurado seguirá o mesmo fator de correção.

4.2.2.3. Haverá também majoração do valor segurado em virtude de reajustes devido a progressão de nível prevista no Plano de Emprego, Cargos e Salários da Companhia. Esta progressão salarial abrange apenas os colaboradores do quadro efetivo.

4.2.2.4. Em caso de empregado efetivo, nomeado para cargo comissionado, o valor segurado será a soma do salário com a gratificação.

4.2.2.5. O capital máximo segurado será o do fator atualmente de 30 vezes a maior remuneração (salário e/ou gratificação), considerando a maior remuneração o valor de R\$ 35.699,43 (referente a salário acrescido de gratificação recebida por um empregado efetivo, podendo este valor ser reduzido no caso de perda da gratificação. A maior remuneração atualmente, considerando somente a gratificação, corresponde a R\$ 29.312,88). O limite é alterado automaticamente de acordo com os reajustes salariais previstos em Acordo Coletivo de Trabalho, Plano de Emprego, Cargos e Salários dos empregados e Lei Estadual de Reajuste das gratificações no caso de comissionados.

4.2.2.5.1. Deverá ser informado a taxa de proposta, para fins de cumprimento do item 4.2.2.5.

4.2.2.5.2. A taxa proposta não poderá ser modificada em razão da revisão do capital segurado.

4.2.2.6. O quantitativo dentro do quadro de vagas, descrito no item 4.3.2, pode variar devido a cargos vagos, desligamentos, admissões, nomeações e exonerações, devendo, portanto, a proposta considerar tais possibilidades para alteração no valor do prêmio mensal devido a tais movimentações.

4.2.3. MORTE (BÁSICA): Garante o pagamento de uma indenização correspondente a 100% (cem por cento) do capital básico segurado, caso ocorra a morte do segurado por causas naturais ou acidentais, durante a vigência da apólice.

4.2.4. INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE (IPA): Garante o pagamento de uma indenização limitada até 100% (cem por cento) do capital básico segurado relativo à perda, redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada direta e exclusivamente por acidente pessoal coberto, considerando-se sobretudo os riscos excluídos constantes nas condições gerais e condição especial desta cobertura.

4.2.5. INVALIDEZ FUNCIONAL PERMANENTE TOTAL POR DOENÇA – ANTECIPAÇÃO DE INDENIZAÇÃO (IFPD): Garante ao segurado, caso este o requeira, a antecipação do pagamento de uma indenização correspondente a 100% (cem por cento) do capital básico segurado em caso de verificação de sua Invalidez Funcional Permanente e Total por Doença, consequente de doença que cause a perda de sua capacidade de existência independente, perda esta avaliada de acordo com critérios devidamente especificados nas condições gerais e condição especial desta cobertura, exceto se decorrente de risco excluído.

4.2.6. INCLUSÃO AUTOMÁTICA DE CÔNJUGE – MORTE (BÁSICA): Garante ao segurado principal o pagamento de uma indenização correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital básico segurado, caso ocorra a morte do cônjuge por causas naturais ou acidentais, durante a vigência da apólice.

4.2.6.1. Se o cônjuge ou companheira(a) e o segurado principal forem vinculados ao mesmo Estipulante por meio empregatício ou associativo, e se ambos fizerem parte da mesma apólice, e em caso de sinistro, prevalecerá, para pagamento de indenização, aquele de maior capital.

4.2.7 INCLUSÃO AUTOMÁTICA DE CÔNJUGE – INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE (IPA): Garante ao cônjuge do segurado principal o pagamento de uma indenização limitada até 50% (cinquenta por cento) do capital básico segurado relativo à perda, redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, **de um membro ou órgão**, em virtude de lesão física causada direta e exclusivamente por acidente pessoal coberto, considerando-se sobretudo os riscos excluídos constantes nas condições gerais e condição especial desta cobertura.

4.2.8. INCLUSÃO AUTOMÁTICA DE FILHOS – MORTE (BÁSICA): Garante ao segurado principal o pagamento de uma indenização correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do capital básico segurado principal, caso ocorra a morte de qualquer um de seus filhos/enteados menores de 21 anos ou até 24 anos, se universitários ou deficientes mentais ou físicos, considerados dependentes do segurado titular, desde que devidamente comprovados de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda.

4.3. Condições de Execução do Contrato do Seguro V.G.

4.3.1. GRUPO SEGURÁVEL: Deverão ser considerados como segurados todos empregados efetivos, diretores, e Cargos Comissionados do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP (Os Diretores são cargos eletivos nomeados através de Ata do Conselho de Administração) indicados no Anexo I deste Termo de Referência.

4.3.1.1. O limite de idade na implantação será de 75 anos e deverá ser considerado e para novas adesões o limite será de 65 anos incompletos.

4.3.2. NÚMEROS DE EMPREGADOS, DIRETORES E CARGOS COMISSIONADOS:

4.3.2.1. Total de vagas de cargos efetivos: 70 (setenta);

4.3.2.2. Total de vagas de cargos comissionados: 44 (quarenta e quatro);

4.3.2.3. Das 44 (quarenta e quatro) vagas mencionadas no item 4.3.2.2., 12 (doze) são ocupadas atualmente por empregados efetivos que recebem salário e gratificação. Esta participação pode ser alterada com o decorrer do tempo.

4.3.2.4. Do total de vagas citadas no item 4.3.2.2., 08 são vagas de diretoria.

4.3.3. SINISTRO EM CASO DE MORTE NATURAL: Em caso de morte natural ficará dispensado o preenchimento da declaração médica, valendo como comprovante a Certidão de Óbito, juntamente com o aviso de sinistro preenchido pelo estipulante.

4.3.4. BENEFICIÁRIOS: Não havendo beneficiários designados pelo segurado, serão beneficiários os dependentes constantes da ficha funcional de acordo com a ordem da vocação hereditária constante no Código Civil em poder do estipulante que, no caso de sinistro, se responsabilizará pela informação perante a Seguradora, podendo o segurado a qualquer momento, alterá-los mediante pedido por escrito. Não havendo indicação na ficha funcional, será aplicada a legislação vigente.

No caso de união estável/casamento entre titulares, não haverá soma de indenizações, prevalecendo apenas a de maior valor.

4.3.5. NOVAS INCLUSÕES: As novas inclusões serão feitas automaticamente pela contratação do novo empregado, ou diante de ato de nomeação de cargo comissionado, confirmado posteriormente através de formulário próprio da seguradora, acompanhado do Cartão Proposta e terão o início a 0 (zero) hora do primeiro dia de trabalho do empregado, não podendo a seguradora negar-se a fazer a inclusão por qualquer outro motivo não previsto neste Termo.

4.4. Vigência do Risco Individual

4.4.1. Sem período de carência.

4.5. Forma de Pagamento

4.5.1. O prêmio será pago mensalmente mediante apresentação de nota/fatura acompanhada de relatório dos segurados cobertos e das certidões negativas:

4.5.1.1. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;

4.5.1.2. Certidão negativa de débitos estaduais;

4.5.1.3. Certidão negativa de débitos municipais;

4.5.1.4. Certidão negativa de débitos trabalhistas; e

4.5.1.5. Certidão de regularidade do FGTS.

4.6. Liquidação de Sinistros

4.6.1. Os sinistros deverão ser liquidados de acordo com as Disposições estabelecidas pela CIRCULAR SUSEP no 302, de 19 de setembro de 2005, em sua totalidade e as alterações impostas pelas Circulares SUSEP no 316 e 317.

4.7. Outras Especificações

a) O seguro é custeado 100% pela Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. Não há nenhum ônus por parte do empregado e/ou comissionado.

b) Os planos de Seguro de Vida em Grupo e Acidentes pessoais têm validade em qualquer parte do Globo terrestre, durante as vinte e quatro horas do dia.

c) Os beneficiários são livremente designados pelos Segurados e poderão ser substituídos a qualquer tempo, através de solicitação à Seguradora e/ou a Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP – CIPP.

d) A contratada emitirá para cada segurado um Certificado de Seguro, personalizado, o qual demonstrará resumidamente as informações básicas do seguro.

e) O valor da indenização não entra em inventário, não responde por dívidas e nem pode ser penhorado, estando isento de qualquer imposto, recebendo os beneficiários o valor integral do seguro.

f) Para facilitar o pagamento das indenizações, o segurado ou os seus beneficiários, deverão comunicar-se, quando da ocorrência do Sinistro, com a Gerência de Pessoas e Administrativo da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.

h) Os profissionais que atuam na Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, objeto deste Seguro de Vida, não operam máquinas pesadas, nem atuam na movimentação de cargas.

i) Sinistros decorrentes de epidemias e pandemias declaradas por órgão competente serão, obrigatoriamente, cobertos por esta Apólice de Seguro de Vida em Grupo a ser contratada.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos de custeio da CIPP S/A.

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento de cada ordem de serviço ou instrumento equivalente, na Esplanada do Pecém, s/nº – Distrito do Pecém, São Gonçalo do Amarante/CE – CEP: 62.674-906, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2. Quanto ao recebimento, conforme art. 97, I, e parágrafos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A:

6.2.1. PROVISORIAMENTE, será realizado pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização contratual, mediante termo circunstanciado, em relação à fiscalização dos aspectos técnicos e administrativos, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que se julgue necessários.

6.2.2. DEFINITIVAMENTE, será realizado pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, e obedecerá às seguintes diretrizes:

6.2.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

6.2.2.2. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos objeto executado, com base nos relatórios e documentação apresentados;

6.2.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

6.2.4. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Apostilamento, desde que celebrado anteriormente ao término.

6.2.5. O recebimento provisório poderá ser dispensado nas hipóteses em que não se fizer necessário ou possível, tais como nos casos de aquisição de gêneros perecíveis e alimentação preparada, sendo, neste caso, feito mediante recibo.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contado da data da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

7.1.1. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

7.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízos das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando a contratada incorrer nas hipóteses previstas no parágrafo 2º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

7.2.1. Quando houver glosa parcial, a CIPP S/A comunicará a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado, conforme disposto no parágrafo 3º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

7.3. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção na fonte de encargos fixados por lei, na forma da legislação específica, conforme parágrafo 6º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

7.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

7.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CIPP S/A poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e arts. 108 à 112 do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência

8.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) No caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CIPP S/A, limitado a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

b) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CIPP S/A.

c) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CIPP S/A.

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

8.2. A CIPP S/A dará publicidade da sanção administrativa para registro no Cadastro de Fornecedores do Estado.

8.3. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou descontado da garantia contratual, a contratada recolherá a multa por meio de depósito bancário, podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da CIPP S/A, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

8.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

8.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou a CIPP S/A, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CIPP S/A proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 10 (dez) dias, contado da notificação.

9.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CIPP a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

9.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CIPP S/A, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.6. Refazer o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua notificação.

9.7. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CIPP S/A.

9.9. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

9.10. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

9.11. Disponibilizar vagas de empregos, nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015. Caso a execução contratual não necessite, ou necessite de 5 (cinco) ou menos trabalhadores, a reserva de vagas será facultativa.

9.11.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas.

9.12. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da autorização de serviços ou outro instrumento hábil. Após a entrega dos documentos necessários à execução do sinistro, não poderá a Seguradora contratada ultrapassar 30 (trinta) dias corridos para pagamento do seguro, sob pena de multa contratual de 10% (dez por cento) do valor a ser pago aos beneficiários em favor dos mesmos, sujeitando-se a ter a apólice cancelada pela reincidência do fato.

9.13. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado.

9.14. Permanecer como única e total responsável perante a contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

9.15. Fazer constar na apólice de seguro, documento oriundo do contrato a ser assinado entre as partes, as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguro Privados e o presente contrato como parte integrante.

9.16. Assegurar a cobertura do seguro, ainda que o sinistro ocorra dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado se a Contratante quitar o débito até a data do vencimento.

9.17. Prestar assistência no caso de ocorrência de sinistro, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas a partir da comunicação do gestor do contrato.

- 9.18. Fornecer todo suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 9.19. Promover indenizações decorrentes de sinistros até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação solicitada pela seguradora.
- 9.20. Que a companhia seguradora tenha escritório de representação e/ou sucursal na cidade de Fortaleza e/ou que a corretora/corretor tenha escritório regularizado na mesma cidade.
- 9.21. Será declarada vencedora a Empresa que oferecer o menor custo financeiro para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, estando inclusos neste custo, taxas, comissões e impostos (IOF e outros) de qualquer natureza.
- 9.22. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.
- 9.23. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes, fiscalização essa, que se dará independentemente, da que será exercida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.
- 9.24. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, expressa, pela Contratada, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.
- 9.25. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.
- 9.26. Aceitar o Foro da cidade de São Gonçalo do Amarante-CE como bastante para dirimir as dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir em decorrência do Contrato, e que não possam ser dirimidas amigavelmente entre as partes contratantes, ficando sujeitas às partes a este Foro, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9.27. Providenciar o cadastramento dos segurados imediatamente ao recebimento da relação do grupo segurável, contendo nome, data de nascimento, estado civil, número do RG e/ou do CPF e nome(s) do(s) beneficiário(s).
- 9.28. Encaminhar à Contratante, sempre que solicitada documentação de qualquer espécie pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto desta licitação.
- 9.28. Nomear seus prepostos para acompanhamento e liquidação de sinistros e comparecer, sempre que convocada ao local, data e horário designados pela Contratante, para esclarecimento de problemas relacionados aos serviços contratados.
- 9.29. Emitir a respectiva Apólice de Seguro, contendo especificação detalhada das condições gerais e particulares ou especiais, bem como a forma de cobertura e entregar a Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP em até 15 dias úteis após a assinatura do Contrato.
- 9.30. Prazo para pagamento da indenização pelo sinistro verificado será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de entrega de toda a documentação exigida nas normas da SUSEP, não sendo tolerada nenhuma medida procrastinatória, podendo a Contratante, a seu critério, reter a parcela devida, subtraindo-a da respectiva fatura.
- 9.31. A contratada fica obrigada a atender todos os casos ocorridos e informados na vigência do contrato, de que decorram questionamentos, mesmo após o encerramento deste.
- 9.32. Da Proteção de Dados Pessoais
- 9.32.1. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente.
- 10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.
- 10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 10.7. Fornecer, com a periodicidade de (30) trinta dias, à CONTRATADA, relação do grupo segurável, contendo os nomes dos segurados, datas de nascimento, estado civil, números do RG e/ou do CPF.
- 10.8. Comunicar através de listagem os desligamentos de segurados, informando a data em que se deu o desligamento, uma vez que os mesmos serão excluídos do seguro coletivo. Esta listagem deverá ser enviada à CONTRATADA, com periodicidade de 30 (trinta) dias.
- 10.9. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à completa execução do objeto do contrato, inclusive comunicando a ocorrência de óbito de beneficiário.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um fiscal especialmente designados para este fim, conforme previsto nos arts. 100 à 102 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir de sua celebração.
- 12.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente.
- 12.3. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos arts. 73 à 82 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.
- 12.4. A publicação resumida do contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.
- 12.5. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 74 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

13. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – RESUMO DO QUADRO DE PESSOAL



ANEXO A – RESUMO DO QUADRO DE PESSOAL

MATRICULA	NASCIMENTO	SEXO	ESTADOCIVIL	DATA ADMISSÃO	CAPITAL	SALÁRIO / GRATIFICAÇÃO
00088*	26/04/1977	M	CASADO	21/06/2005	R\$ 1.070.982,90	R\$ 35.699,43
00096	17/04/1969	M	CASADO	01/07/2005	R\$ 451.600,50	R\$ 15.053,35
00098	13/03/1980	M	CASADO	04/07/2005	R\$ 507.989,10	R\$ 16.932,97
00097*	21/09/1972	M	CASADO	04/07/2005	R\$ 929.352,60	R\$ 30.978,42
00120	14/08/1970	M	CASADO	01/09/2005	R\$ 507.989,10	R\$ 16.932,97
00121	10/11/1971	M	CASADO	05/09/2005	R\$ 451.600,50	R\$ 15.053,35
00131	23/12/1978	M	CASADO	08/12/2005	R\$ 168.745,50	R\$ 5.624,85
00132	13/07/1976	M	SOLTEIRO	08/12/2005	R\$ 197.408,40	R\$ 6.580,28
00134	05/12/1964	M	CASADO	12/12/2005	R\$ 213.516,90	R\$ 7.117,23
00138	08/02/1982	M	CASADO	02/01/2006	R\$ 469.664,70	R\$ 15.655,49
00147	22/12/1978	F	CASADA	01/02/2006	R\$ 488.451,30	R\$ 16.281,71
00148	12/08/1954	M	DIVORCIADO	01/02/2006	R\$ 417.530,10	R\$ 13.917,67
00149*	01/06/1975	F	CASADA	01/02/2006	R\$ 843.057,60	R\$ 28.101,92
00150*	03/06/1978	M	CASADO	01/02/2006	R\$ 786.677,70	R\$ 26.222,59
00163*	02/06/1968	M	CASADO	16/03/2006	R\$ 953.123,70	R\$ 31.770,79
00171	03/09/1957	M	CASADO	06/11/2006	R\$ 175.495,50	R\$ 5.849,85
00173*	28/01/1962	M	CASADO	01/02/2007	R\$ 953.123,70	R\$ 31.770,79
00174	28/04/1979	M	DIVORCIADO	01/02/2007	R\$ 249.784,80	R\$ 8.326,16
00175	02/11/1976	F	SOLTEIRA	06/02/2007	R\$ 549.441,30	R\$ 18.314,71
00177	16/04/1977	F	CASADA	16/04/2007	R\$ 175.495,50	R\$ 5.849,85
00178	09/03/1971	M	CASADO	02/05/2007	R\$ 371.182,80	R\$ 12.372,76
00199	29/09/1973	M	CASADO	19/11/2007	R\$ 240.177,60	R\$ 8.005,92
00200	15/06/1981	M	SOLTEIRO	19/11/2007	R\$ 205.304,70	R\$ 6.843,49
00201	16/04/1975	M	SOLTEIRO	19/11/2007	R\$ 230.940,30	R\$ 7.698,01
00205*	05/12/1980	M	CASADO	25/02/2008	R\$ 884.518,20	R\$ 29.483,94
00254	07/11/1949	M	CASADO	02/06/2008	R\$ 571.418,70	R\$ 19.047,29
00252	28/04/1983	F	SOLTEIRA	04/06/2008	R\$ 222.057,90	R\$ 7.401,93
00253	28/04/1955	M	CASADO	04/06/2008	R\$ 197.408,40	R\$ 6.580,28
00255	04/02/1976	M	CASADO	09/06/2008	R\$ 230.939,70	R\$ 7.697,99
00273*	06/04/1984	M	CASADO	15/10/2008	R\$ 548.594,10	R\$ 18.286,47
00276	09/05/1973	M	SOLTEIRO	03/11/2008	R\$ 488.451,30	R\$ 16.281,71
00296	25/09/1972	M	CASADO	02/03/2009	R\$ 205.304,70	R\$ 6.843,49
00491*	18/04/1974	M	CASADO	04/02/2013	R\$ 503.822,70	R\$ 16.794,09
00498	26/05/1987	M	DIVORCIADO	04/02/2013	R\$ 401.471,10	R\$ 13.382,37
00490	28/05/1980	M	CASADO	04/02/2013	R\$ 162.255,30	R\$ 5.408,51
00489	08/03/1980	M	CASADO	04/02/2013	R\$ 175.495,20	R\$ 5.849,84
00497	17/02/1981	M	CASADO	04/02/2013	R\$ 150.014,10	R\$ 5.000,47
00495	08/02/1985	M	SOLTEIRO	04/02/2013	R\$ 386.030,10	R\$ 12.867,67
00500*	12/06/1988	M	CASADO	04/02/2013	R\$ 721.107,30	R\$ 24.036,91
00501	25/03/1988	M	SOLTEIRO	04/02/2013	R\$ 162.255,30	R\$ 5.408,51
00493	17/01/1989	F	SOLTEIRA	04/02/2013	R\$ 175.495,20	R\$ 5.849,84
00510	15/08/1988	M	CASADO	02/05/2013	R\$ 329.980,20	R\$ 10.999,34
00509	19/09/1990	M	SOLTEIRO	02/05/2013	R\$ 133.362,00	R\$ 4.445,40
00516	22/08/1989	F	SOLTEIRA	15/07/2013	R\$ 371.182,80	R\$ 12.372,76
00534	06/01/1974	M	CASADO	21/10/2013	R\$ 343.179,30	R\$ 11.439,31
00537	30/12/1989	F	CASADA	06/11/2013	R\$ 168.745,50	R\$ 5.624,85
00538	11/03/1964	F	CASADA	13/11/2013	R\$ 386.030,10	R\$ 12.867,67
00546	18/08/1983	M	CASADO	02/12/2013	R\$ 305.085,30	R\$ 10.169,51
00548	10/06/1985	F	SOLTEIRA	17/12/2013	R\$ 156.014,70	R\$ 5.200,49
00550	31/07/1980	F	SOLTEIRA	23/12/2013	R\$ 162.255,30	R\$ 5.408,51
00558	01/11/1984	M	CASADO	24/02/2014	R\$ 168.745,50	R\$ 5.624,85
00565	28/06/1974	M	CASADO	20/03/2014	R\$ 162.255,30	R\$ 5.408,51
00564	10/11/1970	M	CASADO	20/03/2014	R\$ 156.014,70	R\$ 5.200,49
00583	24/05/1972	M	CASADO	12/05/2014	R\$ 162.255,60	R\$ 5.408,52
00584	17/02/1989	M	CASADO	12/05/2014	R\$ 162.255,60	R\$ 5.408,52
00597	13/04/1988	F	SOLTEIRA	01/07/2014	R\$ 356.906,40	R\$ 11.896,88
00616*	16/06/1987	M	CASADO	01/09/2014	R\$ 706.260,00	R\$ 23.542,00
00622*	03/12/1985	M	CASADO	20/10/2014	R\$ 485.091,30	R\$ 16.169,71



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP

00163*	29/12/1986	M	CASADO	01/04/2015	R\$	343.179,30	R\$	11.439,31
00663	26/03/1988	M	CASADO	04/05/2015	R\$	305.085,30	R\$	10.169,51
00681	22/07/1982	F	CASADA	06/07/2015	R\$	282.068,40	R\$	9.402,28
00707	01/08/1984	M	CASADO	16/11/2016	R\$	138.696,60	R\$	4.623,22
00708	24/11/1989	M	SOLTEIRO	16/11/2016	R\$	305.085,00	R\$	10.169,50
00709	01/07/1975	M	CASADO	16/11/2016	R\$	133.362,30	R\$	4.445,41
00710	09/05/1985	M	CASADO	16/11/2016	R\$	138.696,60	R\$	4.623,22
00711	21/05/1981	M	SOLTEIRO	16/11/2016	R\$	317.288,70	R\$	10.576,29
00712	01/02/1968	M	CASADO	02/01/2017	R\$	293.351,40	R\$	9.778,38
00713	22/02/1983	M	DIVORCIADO	02/01/2017	R\$	260.787,90	R\$	8.692,93
00752	27/08/1951	M	CASADO	08/12/2018	R\$	601.318,20	R\$	20.043,94
00806	24/04/1978	F	CASADA	02/01/2019	R\$	402.092,40	R\$	13.403,08
00759	31/05/1972	M	CASADO	02/01/2019	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00758	11/03/1961	M	CASADO	02/01/2019	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00757	15/02/1978	M	CASADO	02/01/2019	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00764	20/06/1985	M	CASADO	04/01/2019	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00765	03/03/1993	M	SOLTEIRO	18/01/2019	R\$	402.092,40	R\$	13.403,08
00766	10/02/1981	M	CASADA	01/02/2019	R\$	601.318,20	R\$	20.043,94
00771	02/10/1959	M	CASADO	13/02/2019	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00777	01/02/1961	M	CASADO	10/07/2019	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00783	07/07/1974	F	SOLTEIRA	08/10/2019	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00785	02/01/1956	M	CASADO	21/02/2020	R\$	402.092,40	R\$	13.403,08
00795	20/08/1988	M	CASADO	12/02/2021	R\$	564.774,00	R\$	18.825,80
00797	09/05/1973	F	CASADA	19/04/2021	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00803	28/07/1978	M	CASADO	14/03/2022	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00228	13/11/1969	M	CASADO	04/04/2022	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00805	09/05/1980	M	CASADO	02/05/2022	R\$	601.318,20	R\$	20.043,94
00812	31/12/1980	M	CASADO	08/12/2022	R\$	747.495,00	R\$	24.916,50
00813	25/06/1967	M	CASADO	08/12/2022	R\$	879.386,40	R\$	29.312,88
00814	02/09/1977	F	CASADA	08/12/2022	R\$	747.495,00	R\$	24.916,50
00815	18/07/1994	F	CASADA	02/02/2023	R\$	184.050,00	R\$	6.135,00
00818	01/08/1956	M	CASADO	02/02/2023	R\$	402.092,40	R\$	13.403,08
00816	22/08/1968	M	CASADO	02/02/2023	R\$	601.318,20	R\$	20.043,94
00817	21/11/1979	F	CASADA	02/02/2023	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00832	10/12/1982	F	CASADA	06/02/2023	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00833	10/04/1992	F	SOLTEIRA	08/02/2023	R\$	184.050,00	R\$	6.135,00
00834	03/07/1988	F	SOLTEIRA	01/03/2023	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
00835	27/02/1974	F	CASADA	03/03/2023	R\$	335.077,20	R\$	11.169,24
XXX1**					R\$	109.614,00	R\$	3.653,80
XXX2**					R\$	109.614,00	R\$	3.653,80
XXX3**					R\$	564.774,00	R\$	18.825,80
XXX4**					R\$	402.092,40	R\$	13.403,08
XXX5**					R\$	402.092,40	R\$	13.403,08
XXX6**					R\$	335.077,20	R\$	11.169,24

* EMPREGADO RECEBE SALÁRIO+GRATIFICAÇÃO

R\$ 38.963.734,80 R\$ 1.298.791,16

** Cargos vagos previstos na estrutura da Companhia

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20230017

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação da licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 04660619/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A _____ E (O)A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A _____, situada na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20230017 e seus anexos, os preceitos do direito privado, a Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20230017 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato o serviço de seguro de vida em grupo (VG) para empregados efetivos, diretores e ocupantes de cargos comissionados da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O preço contratual global importa na quantia de R\$ _____ (_____), sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, conforme art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e observados os dispostos nos arts. 83 à 85 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

5.1.1. Será adotado para fins de reajuste, a aplicação do índice econômico IPCA.

5.2. A concessão do reajuste de preços se dará mediante solicitação da CONTRATADA, até a data da prorrogação contratual subsequente ou até a data da extinção deste contrato, sob pena da preclusão desse direito.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contado da data da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, conforme disposto no § 1º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízos das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando a CONTRATADA incorrer nas hipóteses previstas no § 2º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

6.2.1. Quando houver glosa parcial, a CONTRATANTE comunicará a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado, conforme disposto no § 3º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

6.3. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos à retenção na fonte de encargos fixados por lei, na forma da legislação específica, conforme § 6º do art. 103 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

6.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230017.

6.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos de custeio da CIPP S/A

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir de sua celebração.

8.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

8.3. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos arts. 73 à 82 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

8.4. A publicação resumida deste contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

8.5. Este contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 74 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

10.1. Quanto à entrega:

10.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento de cada ordem de serviço ou instrumento equivalente, na Esplanada do Pecém, s/nº – Distrito do Pecém, São Gonçalo do Amarante/CE – CEP: 62.674-906, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

10.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.2. Quanto ao recebimento, conforme art. 97, I, e parágrafos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A:

10.2.1. PROVISORIAMENTE, será realizado pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização contratual, mediante termo circunstanciado, em relação à fiscalização dos aspectos técnicos e administrativos, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que se julgue necessários.

10.2.2. DEFINITIVAMENTE, será realizado pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, e obedecerá às seguintes diretrizes:

10.2.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

10.2.2.2. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos objeto executado, com base nos relatórios e documentação apresentados;

10.2.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

10.2.4. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Apostilamento, desde que celebrado anteriormente ao término.

10.2.5. O recebimento provisório poderá ser dispensado nas hipóteses em que não se fizer necessário ou possível, tais como nos casos de aquisição de gêneros perecíveis e alimentação preparada, sendo, neste caso, feito mediante recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou a CIPP S/A, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo

ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CIPP S/A proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 10 (dez) dias, contado da notificação.

11.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CIPP a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

11.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CIPP S/A, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.6. Refazer o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua notificação.

11.7. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CIPP S/A.

11.9. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

11.10. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

11.11. Disponibilizar vagas de empregos, nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015. Caso a execução contratual não necessite, ou necessite de 5 (cinco) ou menos trabalhadores, a reserva de vagas será facultativa.

11.11.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas.

11.12. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da autorização de serviços ou outro instrumento hábil. Após a entrega dos documentos necessários à execução do sinistro, não poderá a Seguradora contratada ultrapassar 30 (trinta) dias corridos para pagamento do seguro, sob pena de multa contratual de 10% (dez por cento) do valor a ser pago aos beneficiários em favor dos mesmos, sujeitando-se a ter a apólice cancelada pela reincidência do fato.

11.13. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado.

11.14. Permanecer como única e total responsável perante a contratante, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

11.15. Fazer constar na apólice de seguro, documento oriundo do contrato a ser assinado entre as partes, as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguro Privados e o presente contrato como parte integrante.

11.16. Assegurar a cobertura do seguro, ainda que o sinistro ocorra dentro do prazo de pagamento do

prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado se a Contratante quitar o débito até a data do vencimento.

11.17. Prestar assistência no caso de ocorrência de sinistro, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas a partir da comunicação do gestor do contrato.

11.18. Fornecer todo suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

11.19. Promover indenizações decorrentes de sinistros até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação solicitada pela seguradora.

11.20. Que a companhia seguradora tenha escritório de representação e/ou sucursal na cidade de Fortaleza e/ou que a corretora/corretor tenha escritório regularizado na mesma cidade.

11.21. Será declarada vencedora a Empresa que oferecer o menor custo financeiro para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, estando inclusos neste custo, taxas, comissões e impostos (IOF e outros) de qualquer natureza.

11.22. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

11.23. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes, fiscalização essa, que se dará independentemente, da que será exercida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.

11.24. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados

ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, expressa, pela Contratada, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.

11.25. Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.

11.26. Aceitar o Foro da cidade de São Gonçalo do Amarante-CE como bastante para dirimir as dúvidas e divergências que, eventualmente, possam surgir em decorrência do Contrato, e que não possam ser dirimidas amigavelmente entre as partes contratantes, ficando sujeitas às partes a este Foro, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.27. Providenciar o cadastramento dos segurados imediatamente ao recebimento da relação do grupo segurável, contendo nome, data de nascimento, estado civil, número do RG e/ou do CPF e nome(s) do(s) beneficiário(s).

11.28. Encaminhar à Contratante, sempre que solicitada documentação de qualquer espécie pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto desta licitação.

11.28. Nomear seus prepostos para acompanhamento e liquidação de sinistros e comparecer, sempre que convocada ao local, data e horário designados pela Contratante, para esclarecimento de problemas relacionados aos serviços contratados.

11.29. Emitir a respectiva Apólice de Seguro, contendo especificação detalhada das condições gerais e particulares ou especiais, bem como a forma de cobertura e entregar a Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP em até 15 dias úteis após a assinatura do Contrato.

11.30. Prazo para pagamento da indenização pelo sinistro verificado será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de entrega de toda a documentação exigida nas normas da SUSEP, não sendo tolerada nenhuma medida procrastinatória, podendo a Contratante, a seu critério, reter a parcela devida, subtraindo-a da respectiva fatura.

11.31. A contratada fica obrigada a atender todos os casos ocorridos e informados na vigência do contrato, de que decorram questionamentos, mesmo após o encerramento deste.

11.32. Da Proteção de Dados Pessoais

11.32.1. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente.

12.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.7. Fornecer, com a periodicidade de (30) trinta dias, à CONTRATADA, relação do grupo segurável, contendo os nomes dos segurados, datas de nascimento, estado civil, números do RG e/ou do CPF.

12.8. Comunicar através de listagem os desligamentos de segurados, informando a data em que se deu o desligamento, uma vez que os mesmos serão excluídos do seguro coletivo. Esta listagem deverá ser enviada à CONTRATADA, com periodicidade de 30 (trinta) dias.

12.9. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à completa execução do objeto do contrato, inclusive comunicando a ocorrência de óbito de beneficiário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um fiscal especialmente designados para este fim, conforme previsto nos arts. 100 à 102, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e arts. 108 à 112 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP, as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência

14.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) No caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente deste contrato, conforme avaliação da CONTRATANTE, limitado a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

b) No caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente deste contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CONTRATANTE;

c) No caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste contrato, conforme avaliação da CONTRATANTE.

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2 A CIPP S/A dará publicidade da sanção administrativa para registro no Cadastro de

Fornecedores do Estado.

14.3. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou descontado da garantia contratual, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de depósito bancário, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome da CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a CONTRATADA deverá concordar e autorizar que, na hipótese deste contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

15.4. A CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A Rescisão contratual se dará nos termos dos artigos 105 a 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A.

17.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro do município da sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

(nome do representante)

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

DECLARAÇÃO

(nome /razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)